

上訴案第 946/2015 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一.案情敘述：

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 A 為直接正犯，其既遂行為觸犯了澳門《刑法典》第 142 條第 1 款配合第 3/2007 號法律（《道路交通安全法》）第 93 條第 1 款及第 94 條第(1)項所規定及處罰的一項過失傷害身體完整性罪，並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序作出審理。

被害人 B 對嫌犯 A 和 C 保險（澳門）股份有限公司提出民事損害賠償請求，要求法院判令兩名民事損害賠償被請求人，以連帶責任方式，支付其財產損害及非財產損害賠償合共澳門幣 350,875 元，其中，財產損害賠償為澳門幣 150,875 元，非財產損害賠償為澳門幣 200,000 元，並附加自作出判決至完全支付為止之法定利息；以及提起該賠償請求之後的醫療費用、手術費用及因手術而喪失之工作收入，在執行判決時結算。

初級法院開立了第 CR3-14-0203-PCC 號普通刑事案進行審理。在庭審過程中，嫌犯 A 及第二民事賠償被請求人的辯護人表示，因為民事賠償請求人在本次庭審上所作出的證言與在檢察院所作出的證言有很大的出入，故希望法庭能根據《刑事訴訟法典》第 337 條第 3 款 b 項的規定，讀出其之前錄取的口供（卷宗第 37 頁及第 54 至 55 頁）。

檢察院建議否決，因為證人和民事當事人是兩種身份。當時被害人 B 是以證人身份在治安警察局及檢察院作出聲明，而於本次庭審，該被害人是以民事當事人身份作出聲明，兩者身份不一樣，有關權利義務也不一樣，不適用有關條文，故建議否決。

隨後，合議庭主席作出批示：

「根據《刑事訴訟法典》第 120 條第 1 款 c 項的規定，一旦成為民事當事人，不得以證人身份作證言。本案交通意外傷者之前在檢察院所作的聲明是以證人身份作出，其之後於案中成為民事當事人，在此時，其身份亦轉為民事當事人，故不得以證人身份作證。因此，法庭認為《刑事訴訟法典》第 337 條第 3 款的規定不適用於本案，駁回嫌犯之申請，不予宣讀民事當事人之前以證身份所作的聲明。

作出通知。」

嫌犯 A 及第二民事賠償被請求人之辯護人對上述批示提起上訴。此外，其認為由於相關事實會對本案之判決有決定性的影響，因此，決定是否讀出有關聲明會影響本案之判決，故向法庭申請暫時中止本次庭審，待上訴結果作出後再繼續本案之審判聽證。

合議庭作出批示：

「嫌犯及第二民事賠償被請求人之辯護人以須上訴為理由，要求中止審判聽證，但此並不是中止審判聽證的理由，故駁回有關申請。

作出通知。」

上訴人 A 不服初級法院批示，向本院提起上訴。¹

¹ 其葡文內容：

1. Conforme acta de audiência a fls. 252 dos autos, no passado dia 3 de Junho de 2015, o venerando Tribunal Colectivo recolheu depoimento das seguintes testemunhas: demandante do pedido cível B.

檢察院就上訴人 A 所提起的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 在 2015 年 6 月 3 日審判聽證中，上訴人認為民事當事人 B 在聽證中之聲明與之前在檢察院以證人身分所作之證言存有矛盾，因此，根據刑事訴訟法典第 337 條第 3 款 b) 項之規定，向法庭申請宣讀 B 之前之證言，原審法院認為由於 B 之前在檢察院所作的聲明是以證人身分作出，但其後於案中成為民事當事人，在此時，其身分亦轉為民事當事人，故不得

-
2. Conforme douta acusação pública a fls. 70 a 71 dos autos, o depoimento do Sr. B teve origem do rol de testemunhas arrolado pelo Magistrado Ministério Público e o seu depoimento envolveu todos os factos mencionados na acusação pública.
 3. Conforme fls. 54 e 55 dos autos, B foi inquirido como testemunha no passado dia 04/06/2013, no Ministério Público, na qual confirmou o conteúdo da participação elaborada pelo Comissariado de Trânsito a fls. 16 a 17, na parte que lhe diz respeito constante a fls. 16 verso, bem como o teor do Auto de inquirição a fls. 37 e verso dos autos;
 4. O depoimento em audiência do Sr. B embora na qualidade de parte cível, o seu depoimento fica sujeito ao regime de prestação da prova testemunhal, por comando da norma do nº 3 do artigo 131º do CPP. Por isso, embora o demandante cível ficou impedido de se depor como testemunha ao abrigo do disposto da alínea c) do nº 1 do artigo 120º do mesmo diploma legal, mas a leitura das suas declarações anteriormente prestadas nos autos ao abrigo do disposto da alínea b) do nº 3 do artigo 337º do CPP é sempre permitida, por aplicação do regime de prestação de prova testemunhal e do princípio genérico da livre apreciação da prova.
 5. A douta Decisão recorrida padece do vício de violação de lei, por não aplicação do regime de prestação da prova testemunhal sob comando da norma do nº 3 do artigo 131º do CPP em relação ao depoimento de Demandante Cível, violando, pelo que o nº 3 do artigo 131º conjugado com a alínea b) do nº 3 do artigo 337º ambos do CPP e do princípio genérico da livre apreciação da prova.

Nestes termos e contando com o indispensável suprimento de Vossas Excelências, requer seja dado provimento ao recurso, revogando a Decisão ora recorrida e, em consequência, seja atendida o requerimento e seja lidas as declarações constantes nas fls. 54 e 55 dos autos que por sua vez confirmou o conteúdo da participação elaborada pelo Comissariado de Trânsito na parte que lhe diz respeito constante a fls. 16 verso, bem como o teor do Autor de inquirição a fls. 37 e verso, submetendo-as em relação ao depoimento prestado pelo mesma na audiência de julgamento com registo da prova de 3/6/2015, tudo ao princípio genérico da livre apreciação da prova.

Assim se procedendo, far-se-á, na modesta convicção do recorrente, a costumada Justiça!

以證人身分作證，不能宣讀並駁回有關請求，上訴人質疑原審法院的批示沾染着刑事訴訟法典第 400 條第 1 款結合第 337 條第 3 款 b 項及第 131 條第 3 款之規定。

2. 本院未能認同。
3. 刑事訴訟法典第 337 條第 3 款 b 項的條文規範在刑事訴訟法典第三章調查證據的章節，規定當輔助人、民事當事人及證人先前在法官或檢察院作出之聲明，當該等聲明與聽證中所作聲明之間存有矛盾或分歧時，容許在聽證中宣讀該等筆錄，以便可透過對質的證據方法，質問輔助人、民事當事人及證人為何在本次聽證中所作的聲明與先前在向法官或檢察官作出之聲明出現矛盾，以達至查找證明對象之事實及發現事實的真相，毫無疑問地，被質疑的人在聽證中作聲明時與先前在法官或檢察院作聲明時的訴訟身分及地位應是一致及不變的。
4. 在本案中，民事當事人 B 在檢察院所作的聲明是以證人身分作出，其之後於案中成為民事當事人，其在審判聽證中，亦以民事當事人身分作聲明。
5. 在刑事訴訟程序中，證人的證言等同於人證，亦是其中一種證據方法，證人是訴訟參與人，但並不是訴訟主體，證人負有刑事訴訟法典第 119 條所規定之一般義務“一、證人負有下列義務，但法律另有規定者除外：a)在所定之時間及地方向已對其作出正當傳召或通知之當局報到，並聽候其安排，直至該當局解除其義務為止；b)宣誓，如屬向司法當局作證言；c)遵守向其正當指出、與作證言之方式有關之指示；d)據實回答向其提出之問題。二、如證人提出回答有關問題將導致其須負刑事責任，則無須回答該等問題。”至於民事當事人是以一犯罪之實施為依據在刑事訴訟程序中提出民事損害賠償請求的受害人，民事當事人在民事賠償請求中是訴訟主體，而根據刑事訴訟法典第 120 條之規定民事當事人不得以

證人身分作證言。由此可見，證人 B 的身分已轉為輔助人，刑事訴訟法典第 337 條第 3 款的規定不適用於本案，故此，應予駁回上訴人的請求。

綜上所述，敬請否決本上訴，並維持原審法院批示。

最後，初級法院刑事合議庭，經過庭審作出了以下的判決：

- 嫌犯 A 為直接正犯，其既遂行為觸犯了澳門《刑法典》第 142 條第 1 款配合第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 93 條第 1 款及第 94 條第(1)項所規定及處罰的一項過失傷害身體完整性罪，判處十一個月徒刑，緩期一年六個月執行。
- 根據《道路交通法》第 94 條第 1 項之規定，判處嫌犯禁止駕駛一年，該附加刑不予緩刑。

通知嫌犯在判決確定後十日內，將駕駛執照或同等效力文件交予治安警察局交通廳，以便執行禁止駕駛之附加刑。

合議庭裁定民事損害賠償請求之部份訴訟事實獲證明屬實、部份訴訟理由成立，判決如下：

- 判令 C 保險 (澳門) 股份有限公司支付民事損害賠償請求人 B 之財產及非財產損害賠償，合共澳門幣貳拾肆萬伍仟陸佰壹拾貳元伍角 (MOP\$245,612.50)，附加自本判決作出之日起至完全支付為止的法定利息。
- 判令兩名民事損害賠償被請求人支付民事損害賠償請求人 B 將來接受取出內固定釘手術而產生的醫療醫藥費用、誤工費及非財產損害賠償，於執行判決時結算。
- 駁回民事損害賠償請求人之其他訴訟請求。

上訴人 A 不服初級法院判決，向本院提起上訴。²

² 其葡文內容：

1. Dos factos dados por provados, não consta matéria que é indispensável para uma decisão lógica, correcta e conforme a lei, isto é, não se extraem todas as circunstâncias em que se deu a colisão dos dois veículos intervenientes: um automóvel ligeiro e um ciclomotor, um acidente que ocorreu há cerca de três anos.
2. A contradição insanável da fundamentação é um vício que pode ocorrer entre vários sectores, no mesmo plano (entre factos provados; entre factos provados e não provados; entre factos provados e motivos de facto: entre a indicação das provas e os factos provados e entre a indicação das provas e os factos não provados), no caso, manifesta-se lá onde o Ilustre Colectivo dá por provados dois factos contraditórios que se relacionam com a atribuição da culpa no deflagrar do acidente: para a condenação penal, o douto Tribunal a quo atribuiu à arguida a culpa exclusiva no acidente e, para a fixação da indemnização, fez uma repartição de culpa na proporção de 70% para a arguida, ora recorrente, e 30% para o lesado.
3. Ocorre a violação da regra da livre apreciação da prova em processo penal, que se integra no vício do erro notório da apreciação da prova, uma vez que aquela regra não se confunde com a apreciação arbitrária, discricionária ou caprichosa da prova, de todo em todo imotivável; o julgador, ao apreciar livremente a prova e ao procurar através dela atingir a verdade material, deve observância às regras da experiência comum, utilizando como método de avaliação e aquisição do conhecimento, critérios objectivos, pelo que não podia o Ilustre Colectivo ter dado por provado que o ciclomotor era conduzido pelo lesado que circulava na mesma faixa de rodagem à frente do automóvel ligeiro e, simultaneamente, à frente do seu lado esquerdo e que este bateu na parte traseira do ciclomotor;
4. Também se imputa ao Ac. recorrido um erro de direito consubstanciado na aplicação de penas excessivas e desproporcionadas, isto é, a pena pelo crime de ofensas à integridade física simples e a pena acessória de inibição de conduzir relativamente à culpa da recorrente e às exigências de prevenção, não tendo sido ponderada a possibilidade de se escolher uma pena não privativa da liberdade.
5. O douto Tribunal recorrido deu por provados factos que não podia, face à documentação da prova produzida em audiência de julgamento, nomeadamente, o depoimento do Senhor Agente da PSP que tomou conta da ocorrência no local do acidente.
6. Do texto do Acórdão recorrido, da documentação da prova produzida em audiência, em conjugação com as regras da experiência comum, pode concluir-se que o douto Tribunal a quo não fez uma correcta interpretação da prova, de onde se pode dar por verificado o apontado vício do “erro na apreciação da prova” que, caso não houvesse documentação da prova produzida na audiência de julgamento, determinaria que essa Alta Instância reenviasse o processo para a Primeira Instância para novo julgamento.
7. Porque o acidente já ocorreu há cerca de três anos, a prova testemunhal, neste caso, pode não ser a mais conveniente e útil; trata-se de um acidente de que resultaram danos corporais, que pese o facto de constituírem sempre o incómodo e motivo de angústia para quem os sofre, não foram especialmente graves, dando-se a circunstância de ter havido, na perspectiva do Ilustre Colectivo que julgou a causa, contribuição do lesado

que transportava, à data do acidente, uma carga muito perigosa para os demais utentes da via pública e para si próprio.

8. Na fundamentação de facto, o Colectivo afirma, expressamente que uma das testemunhas, à qual deu credibilidade, confirmou que após o acidente os intervenientes não conseguiram indicar o local do embate e que o croquis que está incorporado nos autos não descreve com exactidão todas as circunstâncias do acidente, nomeadamente, o local onde ficou o automóvel ligeiro, após o embate.
9. Usualmente, o croquis tem uma importância relevante para compreensão das circunstâncias do acidente, porque se trata de um elemento de prova que fica nos autos, especialmente, quando a prova testemunhal não pode ter tanta relevância, porque os factos vão-se “apagando” da memória das pessoas, o que é uma realidade objectiva, ainda mais quando tais testemunhas são agentes da PSP, sendo razoável que não possam com precisão relatar factos relacionados com acidentes de viação, especialmente, quando um dos veículos intervenientes é um ciclomotor ou motociclo, dado o número de acidentes que ocorrem com muita frequência na RAEM.
10. E a verdade é que o Colectivo, para apreciar o caso, teve que recorrer às regras da experiência comum, pois não foram suficientes os depoimentos das testemunhas nem a prova documental incorporada nos autos.
11. Toda esta realidade leva a crer que o douto Tribunal a quo ficou com dúvidas sobre as circunstâncias exactas como ocorreu o acidente e quando à culpabilidade da arguida.
12. Tem sido unânime o entendimento no sentido de que por força da presunção de inocência, só podem dar-se como provados quaisquer factos ou circunstâncias desfavoráveis ao arguido, quando eles se tenham, efectivamente, provado, para além de qualquer dúvida, então é inquestionável que, em caso de dúvida na apreciação da prova, a decisão nunca pode deixar de lhe ser favorável, pelo que devia ter sido absolvida por força do princípio in dubio pro reo.
13. Resulta do croquis e das fotos juntos aos autos, que a aquela via pública – Avenida dos XX em direcção ao túnel do ponte XX – tem duas faixas de rodagem e um corredor de circulação reservado a motociclos e ciclomotores, separados por traços descontínuos, sendo que o corredor de circulação também está separado de uma das faixas de rodagem – a central – por “pin’s” em plásticos.
14. Atendendo ao sentido de marcha dos veículos intervenientes no acidente a que se referem os autos – já ocorrido há cerca de três anos -, o “corredor de circulação reservado a motociclos e a ciclomotores” fica mais à direita, podendo dizer-se que há uma faixa de rodagem central e uma faixa de rodagem à esquerda.
15. O acidente não foi motivado pela condução negligente da recorrente, tendo sido o lesado a dar-lhe causa, porquanto circulava na faixa mais à esquerda da via pública identificada nos autos e pretendia dirigir-se para o “corredor de circulação reservada a ciclomotores e motociclos” situado mais à direita (atendendo ao sentido de marcha de ambos os veículos), pelo que invadiu a faixa central daquela mesma via, por onde circulava a recorrente conduzindo um automóvel ligeiro que nele embateu na parte lateral direita.
16. Não tendo dado causa ao acidente, a arguida, ora recorrente, deveria ter sido absolvida; não o tendo sido, requer a esse Venerando Tribunal que a absolva.

Indicação das provas a Renovar:

1. A Recorrente requer a essa Alta Instância que sejam lidas as declarações do lesado a fls. 37, 54 e 55 dos autos, através das quais explicou que, efectivamente, não perdeu de vista

e pretendia dirigir-se para o “corredor de circulação reservado a motociclos e ciclomotores” que fica mais à direita, certo sendo que não foi permitida a sua leitura na audiência de julgamento, à revelia do que está previsto na lei, tendo a arguida interposto recurso dessa decisão do Ilustre Colectivo do Tribunal recorrido.

2. Requer a recorrente que seja renovada a prova, ouvindo-se as declarações prestadas pela testemunha GUARDA PSP 2XXXX1, que tomou conta da ocorrência no local do acidente.

Tal depoimento foi prestado, no dia 13 de Julho de 2015, no âmbito do processo nº CR3-14-0203-PCC, em que é arguida A e encontra-se gravado, respectivamente perante as instâncias de:

- i) Exma Delegada do M.P. “15.7.13 CR3-14-0203-PCC#13/Translator 2/Recorded on 13-jul-2015 at 17.42.14 ([1F@R-\[K..16:37-22:03/01:37:25](#)”;
- ii) Mma Juíza do Colectivo “15.7.13 CR3-14-0203-PCC#13/Translator 2/Recorded on 13-jul-2015 at 17.42.14 ([1F@R-\[K..22:03-22:17/01:37:25](#)”;
- iii) Senhora Advogada do lesado “15.7.13 CR3-14-0203-PCC#13/Translator 2/Recorded on 13-jul-2015 at 17.42.14 ([1F@R-\[K..25:33-27:06/01:37:25](#)”;
- iv) Advogado da arguida “15.7.13 CR3-14-0203-PCC#13/Translator 2/Recorded on 13-jul-2015 at 17.42.14 ([1F@R-\[K..35:00-35:07/01:37:25](#)”; e,
- v. Senhor Advogado da Companhia de Seguros “15.7.13 CR3-14-0203-PCC#13/Translator 2/Recorded on 13-jul-2015 at 17.42.14 ([1F@R-\[K..39:00-39:42/01:37:25](#)”.

Com a renovação desta prova, pretende-se demonstrar que, ao contrário do que foi dado por provado pelo Ilustre Colectivo, o lesado, conduzindo um ciclomotor, não circulava na mesma faixa de rodagem por onde circulava a arguida conduzindo um automóvel ligeiro, indo à frente deste; o lesado circulava na faixa mais à esquerda e pretendeu dirigir-se para o corredor de circulação reservado aos ciclomotores e motociclos situado mais à direita, pelo que invadiu a faixa central por onde circulava a arguida.

Na verdade, da matéria fáctica dada por provada pelo douto Tribunal a quo, constam factos no sentido de que o lesado circulava à frente da arguida e que esta embateu no ciclomotor conduzido por aquele, não tendo ficado explicado o motivo desse embate.

Impõe-se esta renovação, pois imputa-se ao Acórdão recorrido o vício do erro notório na apreciação da prova, e o vício da insuficiência da matéria de facto provada para uma decisão, não se percebendo como ocorreu o acidente e qual foi o facto que motivou o embate do automóvel na parte traseira do ciclomotor.

Do Pedido:

Nestes termos e contando com o douto suprimento de Vossas Excelências, Venerandos Juízes, requer-se seja dado provimento ao presente recurso e, consequentemente, sejam dados por verificados os vícios (i) da insuficiência da matéria de facto provada para uma decisão lógica; (ii) do erro notório na apreciação da prova, deferindo-se o pedido de renovação da prova para que possam ser esclarecidos factos que interessam a uma qualificação jurídica correcta e se considere que a Recorrente não deu causa ao acidente, antes seja atribuída ao lesado a culpa no acidente por ter feito uma manobra de forma desajustada e transportando uma carga perigosa, e, em consequência seja considerado que existe uma causa de exclusão da culpa, que conduzirá à sua absolvição.

檢察院就上訴人 A 所提起的上訴作出答覆。³

Mais requer que seja considerado que existe uma contradição insanável entre a fundamentação e a decisão decorrente do erro na apreciação da prova.

Caso não venha a ser absolvida, requer sejam alteradas as penas (principal e acessória), condenando-se em pena de multa não superior a 100 dias e a 4 meses de inibição de conduzir, atendendo a que o lesado também contribuiu para o deflagrar do acidente.

³ 其葡文內容：

1. A recorrente põe em causa a decisão do tribunal a quo, argumentando que segundo as declarações prestada pela guarda da P.S.P., as fotografias verificadas nos autos, e as provas existentes, a colisão dos dois veículos deu-se o lesado circulava na faixa mais à esquerda e porque pretendia dirigir-se para o corredor de circulação reservado a motociclos iniciou a mudança para a faixa central, tendo realizado uma manobra que não era previsível para a recorrente que estava circular naquela faixa de rodagem e embateu no lado direito do motociclo.
2. Como se sabe, o erro notório na apreciação da prova existe quando se dão como provados factos incompatíveis entre si, isto é, que o que se teve como provado ou não provado está em desconformidade com o que realmente se provou, ou que se retirou de um facto tido como provado uma conclusão logicamente inaceitável. O erro existe também quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada, as regras de experiência ou as legis artis. Tem de ser um erro ostensivo, de tal modo evidente que não passa despercebido ao comum dos observadores.
3. In casu, repara-se que o tribunal a quo, na fundamentação, fez uma análise crítica das provas produzidas e examinadas na audiência, considerando não só o depoimento das testemunhas, como as declarações prestada pela arguida, confrontando as contradições e discrepâncias entre elas e as feitas na audiência, ponderando cientificamente a velocidade do veículo conduzido pela arguida, segunda ela, ser de 30 a 40 km/hora, a posição do lesado e do ponto de embate bem como os documentos e as fotografias do veículos resultante do embate, incluindo todo o teor da contestação apresentada pela arguida.
4. Assim, o erro notório na apreciação da prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do tribunal e aquela que entende adequada pela recorrente.
5. A recorrente tente entrar numa matéria que lhe é vedada, ou seja, está em causa o princípio de livre apreciação da prova segundo o qual a prova é apreciada segundo as regras de experiência comum e livre convicção do tribunal (art.º, 114º do C.P.P.M.).
6. Pelo exposto, não se verifica o vício suscitado pela recorrente.
7. A recorrente imputa-se a decisão do tribunal a quo por ter verificado o vício de insuficiência para a decisão na matéria de facto provada, alegando que existe uma lacuna na descrição do acidente, nomeadamente porque terá o automóvel ligeiro batido no ciclomotor, como pode o ciclomotor circulava à frente do automóvel na mesma faixa de rodagem, simultaneamente, afirmar-se que se encontrava em frente do lado esquerdo do automóvel, porque se afirmar que a arguida bateu na parte traseira do ciclomotor e

que só na fundamentação jurídica do acórdão o tribunal a quo consta que o lesado transportava um objecto que prejudica a segurança na condução, não cumprindo o art.º 67º n.º 1 da Lei do Trânsito Rodoviário, e o objecto transportado provocou agravamento das lesões do mesmo, pelo que o lesado também deve responder na forma negligente quanto à causa do acidente.

8. Como se sabe “A insuficiência da matéria de facto provado para a decisão existe apenas quando os factos provados forem insuficientes para justificar a decisão de direito assumida e não também quando há insuficiência da prova para decidir, ou seja, tão só quando “há uma lacuna no apuramento da matéria de facto necessária a uma decisão de direito.”
9. No caso vertente, foi a recorrente condenada pela prática de um crime de ofensa à integridade física simples por negligência previsto e punido pelo art.º 142º, n.º 1, do Código Penal de Macau, conjugado com os art.ºs 93º, n.º 1, e 94º, alínea (1) DA Lei n.º 3/2007 (Lei do Trânsito Rodoviário), o tribunal a quo já emitiu pronúncia sobre matéria, objecto do processo, tendo decidido dar como provada toda a matéria de facto que era imputada ao ora recorrente.
10. Não padece o tal vício suscitado pela recorrente.
11. A recorrente fala-se depois o vício da contradição insanável da fundamentação, argumentando que o tribunal a quo, considerar que para efeitos de decisão penal, atribuir a culpa exclusiva à arguida e para efeitos cíveis, repartir a culpa entre a arguida e o lesado, entendendo a recorrente havido adesão ao processo de crime os factos a tomar em consideração são os mesmos.
12. Verificar-se contradição insanável da fundamentação quando se constata incompatibilidade, não ultrapassável, entre os factos provados, entre estes e os não provados ou entre a fundamentação probatória e a decisão.
13. Não conseguimos descortinar de onde resulta deste vício na decisão recorrida, pois, por natureza do tipo do crime imputado, de ofensa à integridade física por negligência, a questão de culpa constitui-se como o centro da questão no julgamento. O que já é diferente vigor na responsabilidade cíveis, a repartição da culpa.
14. A recorrente põe em causa a medida da pena, questionando a decisão do tribunal a quo por ter atribuída culpa exclusiva à arguida não ter ponderada os normativos do artº 40º, 64º e 54º do C.P.M., pedindo uma pena de multa de 100 dias e a pena acessória de inibição de conduzir por 4 meses,
15. O crime imputada à arguida, a ofensa à integridade física por negligência é punível com pena de prisão de 9 meses a 2 anos ou com pena de multa de 90 dias até 240 dias.
16. No presente caso, atendendo a negação dos factos pela recorrente, as consequências causados ao lesado, as necessidades de prevenção geral, ponderando as demais circunstâncias fácticas já apuradas, nada é excessivo o tribunal a quo fixar na pena de 11 meses de prisão com suspensão pelo período de 1 ano e 6 meses.
17. Pelo que, o tal fundamento deve ser rejeitado.
18. A recorrente pede a sua absolvição com fundamento no princípio in dubio pro reo, por entender ser o condutor do ciclomotor quem tenha provocado uma situação não previsível para a arguida.
19. Como se sabe o “princípio in dubio pro reo” identifica-se com o da “presunção da inocência do arguido” e impõe que o julgador valere, sempre, em favor dele, um “non liquet”.

駐本院助理檢察長提出了法律意見書，其內容如下：

2015 年 6 月 3 日，審判聽證期間，嫌犯 A 請求宣讀民事當事人/被害人 B 曾以證人身份分別在治安警察局及檢察院所作之證言，被初級法院合議庭作出駁回請求之批示（見卷宗第 252 頁背面）。

嫌犯 A 不服上述決定而向中級法院提起上訴（見卷宗第 260 頁至第 264 頁）。

2015 年 7 月 30 日，初級法院判處嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯 1 項《刑法典》第 142 條第 1 款配合第 3/2007 號法律（《道路交通安全法》）第 93 條第 1 款及第 94 條第 1 項所規定及處罰之「過失傷害身體完整性罪」，處以 11 個月徒刑，緩刑 1 年 6 個月，以及 1 年禁止駕駛之附加刑。

被判刑人 A 不服初級法院上述合議庭裁判而向中級法院提出上訴。

在其上訴理由中，上訴人 A 指出被上訴之合議庭裁判已證事實遺漏審查涉案兩部車輛相撞時的所有情節，因而違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定：又指責被上訴的合議庭一方面將刑事責任完全歸責於上訴人 A，另一方面又將民事責任由上訴人 A 及被害人 B 分別承擔 70% 及 30%，是違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定；另外，亦指被上訴的合議庭在審查證據上違反自由評價證據原則而沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定之瑕疵，並且因量刑過重而違反《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定及疑點利益歸被告原則，從而請求中級法院重新調查證據或

20. No caso sub judice, não estamos perante uma situação de dúvida sobre a realidade dos factos constitutivos do crime imputado à arguida.

21. Pelo que, o tal fundamento deve ser rejeitado.

22. A recorrente invocou a renovação da prova.

23. Como se sabe, a renovação da prova só é admissível quando se verifica satisfeita os pressupostos previsto no art.º 415º do C.P.P.M..

24. In casu, não se verifica quaisquer vícios suscitados pela recorrente, pensamos a mais adequada decisão é de indeferir o tal pedido.

Nestes termos e nos demais de direito, deve V. Excelências Venerandos Juízes julgar o recurso improcedente, mantendo o douto acórdão recorrido em íntegra.

釋放上訴人 A。

對於上訴人 A 之上訴理由，我們認為部份上訴理由成立。

中級法院於 2003 年 6 月 5 日在第 110/2003 號上訴案件就中間上訴的審理作出了解釋：

“關於這點，葡萄牙 Alberto dos Reis 教授在註解與澳門《民事訴訟法典》第 602 條第 2 款類同的法律條文時引用及解釋了跟本案幾乎相同的案情，並對其解決辦法作了精闢的闡述⁴。

我們先不看上訴人的上訴理由是否成立，基於上訴人並沒有對原審法院的最終決定提起上訴，這表示其接受原審法院的決定，所以審理其中間上訴並沒有意義。也就是說，如果中間上訴人要使其中間上訴得到上訴法院的審理，必須對原審法院的最後判決提起上訴，以便在上訴狀內表示其仍然對審理中間上訴有利益，而非像本案一樣，中間上訴人僅在對方主上訴的答覆中表示應該維持原判。

因此，如果上訴人未就隨後作出的終局合議庭裁判書提起上訴，該中間上訴無效，除非上訴人聲請審理該上訴而不取決於終局合議庭裁判書（《民事訴訟法典》第 602 條第 2 款最後部分，根據《刑事訴訟法典》第 4 條而適用）。

另外，中級法院亦於 2005 年 3 月 10 日在第 270/2004 號刑事訴訟程序的上訴中如此解釋：

“一.對引致訴訟程序終結之裁判未有提起上訴--絕對不存在--時，原應與該上訴一同上呈之其他上訴不產生效力，但該等上訴對上訴人有利益，而該利益不取決於前述裁判者除外。

二.當存在對引致訴訟程序終結之裁判的上訴時，無論上訴由誰提起，中間上訴都應與之一同上呈，除非中間上訴的上訴人本身明確聲請不上呈。

⁴ Alberto dos Reis 教授的《民事訴訟法典》第 V 冊第 465 頁倒數第 12 行至第 466 頁第 5 段。

三.該中間上訴的是否審理取決於是否根據《民事訴訟法典》第 628 條對終局裁決的上訴認定。”

《民事訴訟法典》第 628 條規定：

“第六百二十八條

對一同上呈之上訴之審判

一.一同上呈之上訴按提起上訴之順序進行審理。

二.對於不涉及案件實體問題之上訴，如其由被上訴人在對涉及實體問題之裁判之上訴中提起者，則僅在有關判決未獲確認時方予以審理。

三.對於不涉及案件實體問題之上訴，僅在所作之違法行為對案件之審查或裁判造成影響，或不論對爭議所作之裁判為何，被定上訴之理由成立對上訴人屬有利時，方可裁定上訴之理由成立。”

在本具體個案中，首先我們未能在上訴人 A 針對合議庭的有罪裁判提起的上訴請求中，重申其對此中間上訴的利益與意願；因此，我們認為無須審理有關中間上訴的請求。

倘認為必須審理有關中間上訴的請求，亦必須在審理案件實體問題之後，並僅在被上訴的合議庭有罪裁判未獲確認時方能審理此中間上訴的部份。

因此，我們先進入上訴人 A 針對合議庭的有罪裁判提起的上訴請求中。

一如所知，眾多司法見解就《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a、b、c 項所指的瑕疵以及就刑罰裁量的標準已作出過精辟的解讀，讓我們不得不再表認同（參見中級法院分別於 2014 年 12 月 18 日在第 724/2014 號上訴案件、於 2014 年 3 月 6 日第 32/2014 號上訴案件所作出的裁判）：

“1.所謂的事實不充分的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的可資作出適當法律適用以決定案件實體問題的事實；法院在審判過程中必

須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或辯護詞所界定的範圍內，對這些事實作調查。

.....

6. 原審法院在理由說明所陳述的完全是在認定事實時審理證據並形成心證的過程的描述，包括覆述嫌犯在庭審中的陳述內容，不等於法院認定的事實，而原審法院所認定的事實是通過其自由審理證據並形成心證而得出的結論，當然可能與相反的陳述的內容有出入，但是，這完全不是《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b) 所規定的瑕疵。

7. 法院自由審理證據以及自由形成心證，即使這個不是事實的真相，除非有明顯的錯誤，我們也不能質疑，這是法律賦予審判者的權利。

.....”

“三. 根據《刑事訴訟法典》第 114 條的規定，評價證據係按經驗法則及有權限實體之自由心證為之，但法律另有規定者除外。換言之，法官在對構成訴訟標的的具爭議事實，在事實審層面上作出認定或不認定時，除了法律對評價證據方面另有事先規定的情況，最終仍須按經驗法則去分析、評價案中的所有證據材料，從而判斷哪些事實屬實、哪些不屬實。當法官對事實審的最終判斷結果尤其違反了人們日常生活的經驗法則時，便是在審議證據上犯下明顯錯誤。

四. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所述及的在審查證據方面的明顯錯誤，是指法院在認定事實方面出現錯誤，亦即被法院視為認定或未認定的事實與實際在案件中應被認定或不應被認定的事實不相符，或法院從某一被視為認定的事實中得出一個邏輯上不可被接受的結論，又或者法院在審查證據時違反了必須遵守的有關證據價值的規則或一般的經驗法則，而這種錯誤必須是顯而易見的錯誤。”

1. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之違反

在其上訴理由中，上訴人 A 指責被上訴之合議庭裁判已證事實遺漏審查涉案兩部車輛相撞時的所有情節，尤其無查明有關損毀情況

是如何造成等事實，因而違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定。

在被上訴之合議庭裁判中，我們清楚看見檢察院控訴書及答辯狀（刑事及民事）所載的事實均已作為訴訟標的而全部被審理過（見卷宗第 289 頁至第 291 頁）。

既然法院對可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實，透過審查及調查而進行了審理，亦已在裁判中一一列載了已證控訴書重要事實及未證事實；至於被上訴的法院採信了哪些證據作為其形成心證的基礎，則是不容質疑的。

因此，我們認為，法院在調查事實時出現了任何遺漏，上訴人 A 指責被上訴的合議庭裁判違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定是毫無道理的。

2. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之違反

另外，上訴人 A 在其上訴理由中指責被上訴的合議庭裁判在刑事與民事的決定之間出現不可補正之矛盾，因而沾有了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項規定之“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”之瑕疵。

在本個案中，被上訴的合議庭既然在已證事實及未證事實中認定，是次交通事故完全是基於上訴人 A 未能調節車速所造成，那就意味著其應負有完全的責任。然而，被上訴的合議庭卻在民事責任部份的裁判中決定由上訴人 A 跟民事當事人/被害人 B 和各自承擔 70% 及 30% 的過錯責任（見卷宗第 297 頁背面）。

我們認同，被上訴的合議庭裁判確實在一個已認定的（已證及未證）上訴人 A 負有全部責任的事實基礎上，得出一個其只需要負上 70% 民事責任的決定，確實存在不可補正的矛盾之處，除非正如我們上述的闡述，在正確審查證據之後，將被上訴的合議庭未證實的事實視為已證事實，方能支持被上訴的合議庭此等民事責任的決定，否則確實違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定。

然而，由於此部份爭議僅涉及民事事宜之上訴，根據經第 9/2009 號法律修改之第 9/1999 號法律的《司法組織綱要法》第 56 條、第 60 條及《民事訴訟法典》第 59 條之規定，檢察院在此不詳細發表意見了。

3. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項之違反及量刑過重

上訴人 A 質疑被上訴的合議庭在審查涉案兩輛車輛的損壞情況的證據事宜上存在明上存在明顯錯誤，因而違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項之規定，亦指責被上訴的合議庭裁判量刑過重，且在案件中一些細節事實未查明的情況下，應該疑點利益歸被告，認為被上訴的合議庭裁判違反了《刑法典》第 40 條、第 64 條、第 65 條及疑點利益歸被告原則。

首先，我們看不見有任何疑問可以有利於上訴人 A 而需要適用疑點利益歸被告原則。

而根據被上訴之合議庭裁判已證事實，在客觀上，上訴人 A 所駕駛的 MP-XX-X3 私家車撞倒民事當事人/被害人 B 所駕駛的 CM-5XXX7 電單車，且有關碰撞直接且必然地引致民事當事人/被害人 B 受到有關醫療報告及醫學意見書所載的傷勢（見卷宗第 38 頁、第 40 頁、第 46 頁、第 47 頁）。

在主觀上，我們維持一直所持的立場，主張處於後方的行進中車輛，有義務跟前車保持適當距離，以防在發生任何突發情況時能及時停下來，不致發生事故。

在被上訴之合議庭裁判已證事實中，上訴人 A 既然已被證實是在民事當事人/被害人 B 所駕駛的 CM-5XXX7 電單車的後方行駛，且當時路面及天氣狀況良好，上訴人 A 理應注意到，亦具條件可以看見前方近中線處有電單車正在行進；那麼，作為後方車輛，其應該多加注意突發情況發生（如有關電單車突然過線、前方車輛急剎等），以避免發生任何事故，這才符合謹慎駕駛的注意義務的要件；然而，上訴人 A 並沒有如此做，最終導致民事當事人/被害人 B 受傷的結果。

因此，基於被上訴的合議庭已認定的事實中關於上述上訴人 A

行為已符合《刑法典》第 142 條第 1 款配合第 3/2007 號法律 (《道路交通安全法》) 第 93 條第 1 款及第 94 條第 1 款所規定及處罰之「過失傷害身體完整性罪」之主、客觀構成要件，我們是同意被上訴的合議庭作出被上訴的有罪裁判的。

然而，在充分尊敬的前提下，我們認同上訴人 A 提出的上訴理由所指，被上訴的合議庭確實因在審查證據的事宜上違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項之規定，將一些應被認定的事實視為未被認定的事實，致使在裁判涉案兩名司機應分擔責任比例的決定上出現錯誤，從而導致所判處的刑罰跟上訴人 A 的行為罪過程度不一致，而有量刑過重之嫌。

在本個案的庭審中，上訴人 A 認為民事當事人/被害人 B 的聲明前後矛盾 (見中間上訴理由)，而法院亦認為上訴人 A 的聲明同樣有前後矛盾之處 (見卷宗第 294 頁)，因此，我們認為，應當以其他客觀證據作為認定本案事實的依據更為妥當。

根據本案件其他的客觀資料顯示，尤其是卷宗第 21 頁至第 23 頁、第 28 頁至第 30 頁之車輛檢查表及車輛損壞的相片，上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車只有左方車頭損毀，而民事當事人/被害人 B 的 CM-5XXX7 電單車則只有右方車身有損毀。

毫無疑問，兩輛車輛的損壞情況顯示出正正是二車撞擊時的接觸點。

根據一般經驗及常理，只有當民事當事人/被害人 B 的 CM-5XXX7 電單車處於上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車的左前方位位置，而前者必然在後的右後方位位置時發生的碰撞，才能造成如此損毀的。

然而，被上訴的合議庭卻認為 (見卷宗第 294 頁背面)：

“...如果是兩車的左側相撞，不可能得出被害人在嫌犯車前從左線橫越中線的結論，反而符合被害人聲稱因錯過電單車專用到入口而再轉向中線左側時被撞的說法。”

按常理，兩車同側相撞的可能性不是只有互呈相反方向，或至少

要互相呈 90 度角或大於 90 度角的位置嗎？同方向前進的兩個物件無論如何都不可能同側相撞啊？！

另外，被上訴的合議庭又認為（見卷宗第 294 頁背面至第 295 頁）：

“.....嫌犯的左車頭撞到被害人的電單車，考慮到嫌犯車輛的寬度，撞車的位置接近左線和中線的分割線，而被害人被撞之後的倒地位置距離分割線 0.8 米處，可見，同樣以每小時 30 至 40 公里速度行駛的兩部車輛相撞，一部電單車向前、右方行駛，具向右的速度衝力，一部汽車向前行駛，相撞之後，被害人的位置不可能接近分割線，因此，嫌犯認為被害人從左向右轉著的時候與其汽車相撞，其理據亦不能獲得支持。”

在充分尊重的前提下，我們認為，被上訴的合議庭上述事實認定是違反一般經驗法則及常識的，因為只要根據簡單的平面反射原理，被上訴的合議庭所理解的二物撞擊後所產生的結果並不是必然的，而是存在其他可能性的。

我們知道，在簡單的物理學原理上，在不受其他因素影響的情況下，當一個力點作用在一個介面上時，入射角是等於出射角的；換句話說，原則上，當一物撞擊到另一個物（往往是一個具平面特徵的物）時，前者會朝對面以同樣的角度彈出去，就像乒乓球從乒乓桌上的一邊彈下就會從另一邊反彈出去的路線一樣。

正如我們上述立場，從二車的損毀情況，應該認定事發當時，只有認定民事當事人/被害人 B 的 CM-5XXX7 電單車正處於上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車的左前方位置，而前者必然在後的右後方位置的事實；亦正如被上訴的合議庭裁判所指出，由於上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車的車頭是具有寬度的，不難想像，當民事當事人/被害人 B 的 CM-5XXX7 電單車向右靠駛，而撞在從其後方駛來的上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車的左前方時，基於車身重量的差別，被彈出的自然是重量較輕的一方--CM-5XXX7 電單車，那麼後者被彈至“接近左線和中線的分割線”絕對是有可能發生的事實，而且是符合正常的物理現象

的。

因此，從案中客觀資料，尤其是卷宗第 4 頁的交通意外示意圖、第 21 頁至第 23 頁、第 28 頁至第 30 頁之車輛檢查表及車輛損壞的相片所顯示，更符合一般經驗法則、正常物理原理及常理的事實應該認定為：事發當時，民事當事人/被害人 B 的 CM-5XXX7 電單車是在上訴人 A 的 MP-XX-X3 私家車的左前方，即靠近左邊車道上行駛的；但正如其自己所承認，其因忘記在上橋之前進入右邊的電單車專道，故在接近電單車專道不到 30 米處突然從靠近左邊車道緊急靠向中線以至右邊車道，從而跟正處於其右後方，由上訴人 A 駕駛的 MP-XX-X3 私家車的左邊車頭撞上。

然而，我們卻看見，在上訴的合議庭裁判的未證事實載有：“被害人駕駛 CM-5XXX7 右轉，準備進入電單車專道行駛”、“當時，被害人從左線穿越中線欲進入右線之電單車專道”、“被害人在左線行駛”。

基於上述理據，我們認為這些未證事實都應視作被證實（見卷宗第 293 頁背面），否則就是在審查證據的事宜上就是違反一般經驗、知識和常理，從而出現顯然易見的錯誤，違反了《刑事訴訟法典》第 114 條之規定，被上訴的合議庭就是在審查證據的事宜上違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項之規定。

正正基於上述事實事宜的審理上存在瑕疵，從而在量刑時考慮上訴人 A 的罪過時出現偏差。

雖然，正如我們一直所認同，駕駛者在謹慎駕駛義務的約束下所造成的交通事故必存在過失，對損害也應該承擔一定的責任（參見中級法院分別於 2015 年 7 月 16 日在第 383/2014 號上訴案件、於 2015 年 5 月 21 日在第 268/2014 號上訴案件）。

正如我們上述立場，認為被上訴的合議庭在證據審查上沾有“審查證據方面明顯有錯誤”之瑕疵，將應認定為已證事實之事實錯誤認定為未證事實，從而導致在是次交通事故中，應該認定民事當事人/被害人 B 胡亂轉線違反交通規則而要負上責任的事實無被認定。

儘管上訴人 A 應該因著共同過失而共同承擔是次交通事故的責任，然而，毫無疑問的是，民事當事人/被害人 B 必須為是次交通事故負上責任的，又或，正如其自己所承認，事發當時其的確忘記自己有義務，必須事先靠右取道以便順利進入電單車專道，其在不應有電單車行駛的大橋路段上任意行駛，甚至可認其應對是次交通事故的發生起到主要的作用。

基於我們認為被上訴的合議庭在審查證據時出現明顯錯誤，致使錯誤認定事實；因此，在充分尊重的前提下，不得不指出，被上訴的合議庭在錯誤，或者說，不全面的已證事實的基礎上，錯誤認定上訴人 A 行為的罪過程度，從而對上訴人 A 作出的量刑違反了罪刑相適應原則，存在量刑過重之嫌，違反《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定。

可以總結，應裁定上訴人 A 的上訴理由部份成立，裁定因被上訴的合議庭裁判違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項以及《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定。

然而，由於被上訴的合議庭雖然在事實事宜的審理上存在瑕疵，此等瑕疵卻不涉及定罪的問題，而僅僅是量刑的問題，我們同意上訴人 A 之請求，認為無須根據《刑事訴訟法典》第 418 條之規定發回重審，因為正如眾多司法見解一向的立場，原審法院在量刑上雖有自由裁量權，但一旦違反法律或罪刑相適應原則，上級法院應予以介入並予以糾正。

被上訴的合議庭裁判正正是因為違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項及《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定，中級法院應在正確審理案件客觀證據之後，重新認定未被證實之事實，無誤裁定上訴人 A 的罪過程度，從而公正予以量刑。

最後，關於中間上訴之請求，我們強調的是，既然上訴人 A 並未在針對合議庭的有罪裁判提起的上訴請求中，重申其對此中間上訴的利益與意願，我們認為無須審理有關中間上訴的請求。

倘認為必須審理有關中間上訴的請求，我們認為被上訴的合議庭裁判在定罪上並無沾有任何瑕疵或違反法律，只是在量刑部份應予調整，以符合《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項及《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定以及罪刑相適應原則，因此，我們認為被上訴的合議庭裁判應當作被確認，因此根據《民事訴訟法典》第 628 條之規定，無須對中間上訴之請求作出審理。

綜上所述，應裁定上訴人 A 的上訴理由部份成立，裁定因被上訴的合議庭裁判違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項以及《刑法典》第 40 條、第 64 條及第 65 條之規定，並在正確審理案件客觀證據之後，重新認定未被證實之事實，無誤裁定上訴人 A 的罪過程度，從而公正予以量刑。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二.事實方面：

原審法院經過庭審認定了以下的已證事實：

- 2012 年 10 月 16 日下午約 1 時，嫌犯 A 駕駛輕型汽車 MP-XX-X3 沿氹仔 XX 大馬路往 XX 大橋行車隧道方向行駛。當時，被害人 B 駕駛輕型電單車 CM-5XXX7 在 MP-XX-X3 左前方行駛。
- 當駛至近 XX 大馬路 XX 大橋電單車專道入口處時，嫌犯因未能適當控制車速，以致 MP-XX-X3 的左前車頭撞到 CM-5XXX7 的車尾，導致被害人連人帶車倒地受傷（參閱卷宗第 18 頁的意外現場示意圖及第 29 頁的照片）。
- 事故發生時，天氣晴朗，路面乾爽，交通密度正常。
- 事故發生後，被害人被送往 XX 醫院治療，並需留院治療至

2012 年 10 月 30 日。期間，被害人接受左脛腓骨骨折脛骨閉合復位內固定術及左腓骨切開復位內固定術（參閱卷宗第 46 頁）。

- 上述碰撞直接造成被害人的左側脛骨及腓骨骨折。
- 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，明知在駕駛時應視乎路面及車輛的狀況而調節車速，以便車輛能在前面可用及可見空間停下及避開在正常情況可以預見的任何障礙物，但嫌犯並無這樣做，因而導致是次交通事故，其過失對被害人的身體完整性及健康造成傷害。
- 嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。

民事損害賠償請求狀、民事答辯狀中下列事實獲證明屬實：

- 是次意外導致被害人左小腿脛骨及腓骨骨折跌倒地上，並導致身體多處挫擦傷，須即時送往鏡湖醫院醫治。
- 即日，留院接受左脛腓骨骨折脛骨閉合復位內固定手術及左腓骨切開復位內固定手術，以及住院中接受藥物治療，至 2012 年 10 月 30 日出院。
- 住院期間，被害人多次支付住院費、治療費及醫藥費用，合共澳門幣 66,069 元。
- 被害人出院後仍需繼續複診接受治療。
- 被害人數次前往鏡湖醫院複診，為此，支付有關治療費用及藥物費用合共澳門幣 1,861 元。
- 其後，又在內地診所繼續接受治療，支付相關費用合共約為人民幣 779.50 元，折合澳門幣 995 元。
- 出院後，被害人仍然行動困難，左踝關節僵硬，需購買輪椅及拐杖輔助行走，費用共為澳門幣 950 元。
- 根據鏡湖醫生指示，被害人出院後仍需繼續休息，不得工作。
- 由於出院後被害人仍然行動不便，且長時間需臥床休息而不

能工作。

- 被害人從事裝修工作，工作時日收入為澳門幣 700 元，每月收入平均約為澳門幣 13,000 元，是次意外被害人停工約六個月，導致被害人喪失工作收入為澳門幣 78,000 元。
- 被害人仍不能繼續從事粗重工作，亦只能選擇較輕鬆的工作。
- 意外還導致被害人駕駛之電單車損毀，為維修車輛而支付維修費約為澳門幣 3,000 元。
- 被害人因是次交通意外，財產合共損失澳門幣 150,875 元。
- 直至現時，被害人的傷患仍未完全康復，仍需繼續接受治療左邊小腿內的內固定針仍需進行手術將之取出。
- 是次意外發生，即時造成被害人左邊小腿數處骨折、右邊手肘嚴重擦傷，對被害人造成疼痛，傷勢之嚴重使其身心承受痛苦及恐懼。
- 被害人為此住院約半個月，期間因遭受腿部傷痛，晚上常常無法入睡。
- 被害人仍需多次前往醫院及診所複診，行動受限，除複診的時間，需長時間臥床休息，並需輪椅及拐杖輔助行走。
- 因受傷不能行動，被害人於出院後便在朋友家中休養，並由朋友照顧日常生活及陪伴被害人複診，對此被害人感到虧欠及自責。
- 直至現時被害人腿部及手肘受傷位置的疤痕還清晰可見，左小腿的傷患仍未完全傷原，受傷部位仍感到腫脹及痺痛，甚至坐著休息時亦會感到疼痛。
- 現時，被害人行動仍然受限，行走時仍會一拐一拐，行走約半小時便必須休息，對被害人的日常生活和工作造成不便。
- 被害人一直從事裝修工作，但現在只能挑選較輕鬆的工作，

不能從事粗重活。

- 由於擔心左腿的傷勢及因不能工作而沒有收入，身體上的傷痛及心理上的焦慮和恐懼，使被害人感到無助及擔憂。
- 意外發生後，因疼痛困擾，被害人脾氣變得暴躁，有時情緒低落。
- 因行動不便，被害人亦變得不願外出，亦不願與別人接觸。
- 直至現時，被害人每次駕車時，想起意外發生當時的情形仍會感到害怕，當聽到後面來車鳴笛時便會驚嚇。
- 透過 CIM/MTV/2012/031271/E1/R1 號保險單，MP-XX-X3 輕型汽車之交通意外民事損害賠償責任轉移給 C 保險(澳門)股份有限公司，每起交通意外之賠償最高限額為澳門幣 150 萬元。
- 事發路段所在道路為一直路。
- 該道路有三條行車線。
- 面向行車方向，右邊行車線為一專用車道，專供重型和輕型電單車使用，中線和左線供汽車行駛。
- 電單車專用車道全程用紅白相間的彈力分導標圍住。
- 在專用車道起點的第一個分割柱上，掛有一豎向的電單車專用車道指示牌。
- 在未到該分割柱前面 12 米處開始，路面上已畫上一條實線分割專用車道。
- 在上述第一個掛有豎向指示牌的專用車道起始處的前面 12 米和 65 米處，還分別掛有專用車道指示牌。
- 被害人沒有專心駕駛，因而沒有留意到電單車專用車道。
- 被害人在狹窄的電單車上載著一個超過 1000x750mm 的鐵架。

另外證明下列事實：

- 被害人 B 駕駛輕型電單車 CM-5XXX7 在中線、MP-XX-X3 左前方行駛。
- 根據 2015 年 6 月 19 日之法醫臨床學鑑定書，在一般情況下，被害人應需 6-9 個月康復，以及將多需 30 日作手術取出內固定釘。被害人的目前狀況，依照工作意外及職業病無能力評估表，被害人已經留有 10% 的傷殘。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯無犯罪記錄。
- 嫌犯聲稱無業其受教育程度為大學畢業，現無業，靠之前的積蓄生活，需供養父母。

未獲證明之事實：

- 載於控訴書、刑事答辯狀、民事損害賠償請求狀、民事損害賠償答辯狀中其餘與上述獲證事實不符之重要事實未獲證明屬實，特別是：
- 未獲證明：被害人駕駛 CM-5XXX7 右轉，準備進入電單車專道行駛。
- 未獲證明：當時，被害人從左線穿越中線欲進入右線之電單車專道。
- 未獲證明：撞車的部位是被害人電單車左邊擋板與嫌犯汽車左車頭。
- 未獲證明：至今被害人的腿部疼痛仍導致被害人晚上常常難以入睡。
- 未獲證明：當時，嫌犯在中線行駛，速度緩慢，車速不超過每小時 40 公里。
- 未獲證明：被害人在左線行駛。
- 未獲證明：被害人的上述操作突然，未作任何示意。

- 未獲證明：被害人沒有確認中線後方無任何來車。
- 未獲證明：被害人亦未確認其操作不會對道路其他使用者造成危險。
- 未獲證明：在嫌犯車輛前約六米處穿越中線。
- 未獲證明：儘管嫌犯剎車，但未能避免碰撞。
- 其他事實獲或未獲證明，或為結論性事實，或為分析證據，或為法律見解。

三.法律部份：

本程序由兩個由嫌犯提起的上訴。一個是不服初級法院合議庭作出駁回其在審判聽證期間請求宣讀民事當事人/被害人 B 曾以證人身份分別在治安警察局及檢察院所作的證言的批示決定提起的中間上訴；第二是對初級法院判處其以直接正犯及既遂方式觸犯 1 項《刑法典》第 142 條第 1 款配合第 3/2007 號法律（《道路交通法》）第 93 條第 1 款及第 94 條第 1 項所規定及處罰之「過失傷害身體完整性罪」，處以 11 個月徒刑，緩刑 1 年 6 個月，以及 1 年禁止駕駛之附加刑的最終決定不服而提起的上訴。

在第一個上訴中，上訴人認為，雖然《刑事訴訟法典》第 120 條禁止民事當事人以證人身份作證，但是仍然可以依照第 337 條第 3 款 b 項的規定宣讀其在之前在檢察院的聲明。

在其對最終決定的上訴理由中，上訴人 A 指出被上訴之合議庭裁判已證事實遺漏審查涉案兩部車輛相撞時的所有情節，因而違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定；又指責被上訴的合議庭一方面將刑事責任完全歸責於上訴人 A，另一方面又將民事責任由上訴人 A 及被害人 B 分別承擔 70% 及 30%，是違反了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定；另外，亦指被上訴的合議庭在審查證據上違反自由評價證據原則而沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所規定之瑕疵，並且因量刑過重而違反《刑法典》第 40 條、第

64 條及第 65 條之規定及疑點利益歸被告原則，從而請求中級法院重新調查證據或釋放上訴人 A。

我們看看。

關於中間上訴的上訴理由，上訴的中心是民事當事人因為其不能以證人身分作供而不能宣讀其之前以證人身分的證供。

毫無疑問的是《刑事訴訟法典》第 120 條明確禁止輔助人或者民事當事人以證人身分作證言。

這條規定：

“一、下列之人不得以證人身分作證言：

- a) 同一案件或相牽連案件中之嫌犯或共同嫌犯，在此身分仍維持期間；
- b) 已成為輔助人之人，自成為輔助人之時起；
- c) 民事當事人。

二、如屬訴訟程序分開處理之情況，同一犯罪之各嫌犯或相牽連犯罪之嫌犯得以證人身分作證言，只要其對此明示同意。”

本案所要解決的不是民事原告是否以證人身份作供的問題，而是他曾經在檢察院以證人身份的證言是否可以在庭上宣讀的問題。那麼，現在要解決的問題自然就是是否存在宣讀其證言的前提條件。

《刑事訴訟法典》第 337 條（筆錄及聲明的容許宣讀）

“一、在聽證中僅得宣讀下列筆錄：

- a) 關於依據第三百條及第三百零一條之規定作出之訴訟行為之筆錄；或
- b) 未載有嫌犯、輔助人、民事當事人或證人之聲明之預審或偵查筆錄。

二、輔助人、民事當事人及證人向法官作出之聲明，僅在下列情況下方得宣讀：

- a) 如該等聲明係依據第二百五十三條及第二百七十六條之規定而聽取者；
- b) 如檢察院、嫌犯及輔助人同意將該等聲明宣讀；或

c) 如屬透過法律所容許之請求書而獲取之聲明。

三、亦得在下列情況下宣讀先前向法官或檢察院作出之聲明：

a) 聽證中作出聲明之人記不起某些事實時，宣讀使該人能記起該等事實所需之部分；或

b) 如該等聲明與聽證中所作聲明之間，存有矛盾或分歧。

四、如有關之聲明人因死亡或嗣後精神失常而不能到場，或由於使之長期不能到場之原因而不能到場，則亦得宣讀該等人已向法官或檢察院作出之聲明。

五、如第二款b項之前提成立，即使屬向檢察院或刑事警察機關作出之聲明，亦得將之宣讀。

六、聽證中曾有效地拒絕作證言之證人於偵查或預審時所作之證言，在任何情況下均禁止宣讀。

七、曾接收不可宣讀之聲明之刑事警察機關，以及曾以任何方式參與收集該等聲明之任何人，均不得就該等聲明之內容以證人身分接受詢問。

八、宣讀之容許及其法律依據須載於紀錄，否則無效。”

從這一條文的規定可見，涉及本案的“宣讀”的請求中需要決定是否滿足第三款b項的適用前提：“如該等聲明與聽證中所作聲明之間，存有矛盾或分歧”。原審法院所擔心的是，如果批准了宣讀民事原告在檢察院所作的聲明的話，就將導致容許了法律在上引第120條第1款c項的禁止。

人們不禁要問：雖然這一項已經禁止民事原告以證人身份作證，那麼，怎麼會還在庭上作聲明，而產生於之前的聲明相矛盾的問題？

這也不是一個難解決的問題。只要我們看看《刑事訴訟法典》第131條（應輔助人、民事當事人或嫌犯之聲請，又或當司法當局認為適宜時，得聽取輔助人及民事當事人之聲明）和第328條的規定（應檢察院、辯護人、輔助人律師或民事當事人律師之請求，得透過由任一法官”或主持審判之法官發問之方式，聽取應負民事責任之人及受害人之聲明；……），而在卷宗第252頁的審判筆錄也解決了這個問題，

民事原告也正是以民事當事人的身份作出聲明。

接著的問題就來了：如此，那麼這第 131、328 條與第 120 條的禁止存在什麼關係？也就是說，第 120 條所禁止的，或者第 131、328 條所容許的而非第 120 條所禁止的部分是什麼？

我們知道，民事當事人的身份是在其提出附帶民事請求之後而產生的具有利益的訴訟主體。他參與訴訟就表明民事當事人對訴訟存在利益關係，他就再也不能成為證人這個中立的地位的訴訟主體了。民事當事人與證人的區別除了在法律上的地位不同之外，法律對他們各自在作出聲明之前需要宣誓的要求也不同(《刑事訴訟法典》第 119 條和第 131 條)以及他們違反這些義務所產生的法律效果，尤其是刑事法律後果，也不同(《刑法典》第 323 條和第 324 條)。

也就是說，訴訟法對民事當事人的陳述的內容沒有任何的限制，既可以陳述刑事方面的事實，也可以陳述民事方面的事實(當然要符合民事法律關於證據的要求)。

既然這樣，而且民事當事人也已經在法律的容許範圍(以民事當事人身份)在法庭上作出聲明了，也就是說，他之前聲明的內容只要沒有被法律在以民事當事人身分之後作聲明的禁止內容，原審法院所要擔心的不是容許宣讀民事當事人的聲明會造成容許法律所禁止以證人身份作證的結果的問題，而是應該放在確定是否存在宣讀有關聲明的前提條件(第 337 條第 3 款 c)之上。

換言之，如果法院單純如案卷所顯示的理由否決宣讀民事原告在檢察院的聲明，必將造成禁止民事當事人在法庭上作出的聲明，而違反了第 131 和 328 條的容許規定。因此，法院在決定之前應該釐清申請宣讀聲明的當事人澄清哪些內容有矛盾，並只有在不存在互相矛盾的情況下才可以否決當事人的申請。

因此，上訴人的這個上訴理由成立，撤銷被上訴的決定，原審法院必須在確定上訴人的申請是否符合第 337 條的規定作出所申請的宣讀的條件，重新作出決定。

由於這個決定影響訴訟標的的決定，除了應該撤銷之後的所有訴訟程序之外，本法院對上訴人的對最後決定的上訴也不予以審理。

四.決定：

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的中間上訴理由成立，撤銷被上訴的批示，以及之後的所有訴訟程序，原審法院必須作出與上述決定內容相符的訴訟行為。

不審理上訴人對最後決定的上訴。

本程序訴訟費用由被上訴人支付，以及 3 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2016 年 11 月 10 日

蔡武彬

José Maria Dias Azedo (司徒民正)

陳廣勝